

É uma honra e um dever do Presidente da República estar, hoje, aqui, nesta manhã, na abertura desse Seminário sobre a questão da reforma agrária e sobre a questão agrária no Brasil. E por que eu digo que é um dever do Presidente da República? Porque, se há um tema que no Brasil contemporâneo chama a atenção, mobiliza a população, desafia soluções, é precisamente o tema agrário. E eu não me refiro só à questão da reforma agrária. É a questão agrária no sentido amplo e a política agrícola em sentido mais específico. E não é de espantar que assim o seja. Não é de espantar porque a experiência histórica demonstra que, nos processos de transformação por que passou o mundo contemporâneo, a partir do século XIX, talvez tenha sido essa a questão socialmente mais difícil; e economicamente a mais desafiadora.

Não quero fazer nenhum esforço maior para não cansá-los e talvez porque já me falhem as informações, pelo menos, na ponta da língua, sobre os processos históricos, mas, quero fazer algumas breves referências para que nós nos situemos no contexto do que significa esse desafio da reestruturação do mundo agrário na civilização contemporânea e, sobretudo, em função da forma pela qual se dá o desenvolvimento do

capitalismo, e não somente dele, também a forma do desenvolvimento tecnológico, a forma da reintegração das estruturas produtivas, mesmo nos sistemas que tentaram uma via do desenvolvimento a partir de um centro planejador, nos quais os mecanismos de regulação eram mais fortemente definidos a partir de critérios de vontade política.

Se nós nos recordarmos do que aconteceu na Europa no século XIX, veremos que a mudança rápida da estrutura da população economicamente ativa levou à diminuição muito importante do número de pessoas que estavam no campo e levou, também, por conseqüência, a migrações que inflaram as cidades. Ainda recentemente tive oportunidade de me referir a algo semelhante num seminário em São Paulo, e basta recordar o que aconteceu na Inglaterra. A Inglaterra, no período de um século, alterou drasticamente a distribuição de sua população, de tal maneira que se passou de um nível de 90% de população, no campo, para 5%. Se nós olharmos os Estados Unidos contemporâneo, temos uma população que não chega a mais do 2,3% da população no campo. E isso teve aspectos dramáticos, dramáticos. Eu me referi a algo que hoje toda gente conhece, basta ler as descrições de Dickens, sobre Londres, para se verificar qual foi a conseqüência do desenvolvimento do capitalismo e da introdução da indústria da manufatura e, depois, a grande indústria.

A Europa teve muitas crises em função desse processo de transformação. Crise de fome na Irlanda, crise agrária no campo na França, desde o século XVIII – não quero entrar demasiado longe em histórias aqui para não cansá-los, repito – mas quem tiver lido Alex de Tocqueville sobre a questão do fim do antigo regime, vai verificar que, basicamente, a questão da fome, no campo, foi muito grande em função de certas transformações que estavam ocorrendo. Uma inquietação muito grande, ou uma década chamada *la grand peur*, “o grande medo”, porque havia o que então se chamava de bandidos, de pessoas que estavam mascaradas, que atacavam as populações no campo, o que, no fundo, era conseqüência de uma tragédia social.

A Europa foi encontrando pontos de equilíbrio lentamente e, em grande medida, porque provocou um dos maiores movimentos de mi-

gração que já se conhece: exportou 60 milhões de habitantes. Já hoje isso é uma cifra imensa. Na época muito maior ainda em função do tamanho global da população: 60 milhões de habitantes. Então, de alguma maneira a tragédia do campo europeu foi sendo transferida para as áreas novas. Áreas novas, basicamente significava, no caso, as Américas, Austrália, Nova Zelândia. E muitos dos que vieram aqui se aventurar, porque não tinham mais condições de sobrevivência lá fora, passaram por dificuldades imensas. Os que sobreviveram, muitos deles, hoje, formam boa parte das populações brasileiras e alguns integram as elites nacionais. Mas o processo foi doído.

A mesma coisa ocorreu, disse eu, nos países de economia centralmente planejados. Também não quero me referir às mudanças ocorridas na então União Soviética; na China, não foi diferente. Por que eu estou iniciando esse seminário com esse quadro um tanto sombrio? Um tanto não, bastante sombrio. É para lhes dizer que o problema é historicamente difícil e requer uma consagração de esforços muito grande para que evitemos as questões, pelo menos nessa forma mais dramática, que ocorreram noutros países. Até porque hoje não existe mais essa insensibilidade social que podia permitir a disseminação de populações, que podia permitir migrações, etc.

Também nas Américas o processo de reforma agrária e transformação do campo foi muito difícil. Está presente entre nós o Deputado Almino Afonso, que conhece bem a matéria no que diz respeito à América do Sul, à América Latina, especialmente no caso do Chile, na Bolívia, no México. E as experiências de modificação da estrutura do campo, nem todas elas foram positivas, e todas elas tiveram um custo elevado e algumas tiveram resultados positivos. É, portanto, um desafio real ao qual nós não podemos estar insensíveis, mas, também, que não comporta soluções simplistas e não comporta, simplesmente, uma subtração dos reais fatores que pesam nesse processo em nome de uma vontade abstrata política ou da queixa da inexistência dessa vontade, são processos mais profundos.

No caso brasileiro, nós ainda dispomos, na nossa população economicamente ativa, de uma parcela considerável da nossa força de traba-

lho no campo. E deixando de lado o aspecto força de trabalho, de habitantes nas áreas rurais e nas pequenas cidades, nós ainda temos, aqui, entre 20 e 25%; os números variam de ano para ano, porque vai diminuindo a população que está no campo, mas ainda é uma população importante. Compare-se, como eu disse aqui, com os Estados Unidos ou com a Inglaterra.

E não nos iludamos, a velocidade com que essa população se vem deslocando para as cidades é muito elevada, no Brasil, também. Num período de tempo muito curto, de 50 anos, houve uma mudança radical na distribuição da população: formação de cidades, formação de redes urbanas, esvaziamento do campo – de modo que nós temos, também, esse processo, aqui, em marcha e grandes deslocamentos de população, migração. A migração que foi do Nordeste para o Sudeste –, neste momento, dentro do próprio Sudeste há deslocamento de mão-de-obra, há ocupação das áreas amazônicas, das áreas do Centro-Oeste brasileiro, temos faixas de pioneirismo, temos faixas de fronteiras.

Nós estamos diante de populações que são móveis nesse aspecto e estamos diante de outras áreas como, notadamente, no Sul, em que existe concentração de população no campo, e o problema agudo do minifúndio por causa do sistema de herança, da distribuição da terra e a da inviabilidade de que as famílias se sustentem à base das proporções de terra que antes existiam. E no Rio Grande do Sul, precisamente, os que são herdeiros da migração européia, que se organizaram sob a forma de colonato e que se integraram na economia produtiva, em certas regiões sofrem o processo de desorganização também fundiária.

Como se sabe, temos uma estrutura de concentração de propriedade da terra das mais elevadas. Houve, portanto, aqui, um outro fenômeno: não só a população no campo, como população no campo e sem acesso a terra. Se me permitem ainda um pouco de esforço histórico, não nos esqueçamos de que, com exceção das regiões do sul e algum pedacinho do Espírito Santo, e agora com o avanço da fronteira agrícola para a região do Centro-Oeste, para Rondônia etc, com essas exceções, a grande estrutura organizadora da produção agrícola brasileira estava baseada no latifúndio e na escravidão – qualquer pessoa que conheça, e

todos aqui conhecem, minimamente, a história do Brasil, que tenham lido Gilberto Freire, sabem que a estrutura fundamental da produção agrícola brasileira e a integração do Brasil à economia internacional se deram através da ocupação da terra pelo latifúndio, de estilo *plantation*, produção monocultora e exploração da mão-de-obra escrava, com as exceções já referidas e, basicamente, de populações imigrantes de origem européia e, nos anos 30, de origem japonesa.

Com alguma experiência agrícola, a estrutura fundiária se baseou numa mão-de-obra que não era “camponesa”, ou seja, que não tinha experiência secular das famílias que possuem um pedaço de terra e que trabalham a terra, senão que foram, também, essas populações, deslocadas – e com mais violência ainda do que no caso das européias – da África para cá, e que aqui chegaram sem que se fizesse qualquer alusão, no seu percurso histórico, à sua formação como camponês ou não, porque não eram camponeses tão pouco na África. Tinham outras estruturas tribais de produção e aqui se inseriam na produção escravocrata como peças de uma máquina e não como alguém que aprende uma qualificação que o capacite dentro desses limites, a ser produtor, até mesmo por conta própria; e, mais grave ainda, não só nós tivemos essa origem histórica de uma população de base escrava e da grande produção controlada através do latifúndio e da violência pela escravidão, como, com a abolição da escravatura – que se deu em função já então da migração de mão-de-obra européia, sobretudo para regiões de São Paulo – essa mão-de-obra ex-escrava tornou-se num grande contingente de população marginalizada não incluída.

O escravo, de alguma maneira, está incluído no sistema improdutivo, embora incluído nas piores condições possíveis, mas incluído. Quando se dá a abolição da escravidão, uma boa parte dessa massa é excluída da produção e vai para as fimbrias das grandes ou pequenas cidades, ou fica errante no campo, de modo a não ter uma ocupação definida, e o massacre da estrutura de vida da ex-população escrava, da população negra, é alguma coisa de chocante. Posso lhes dizer, porque eu estudei bastante isso que ocorreu no século XIX, no sul do Brasil, Santa Catarina, Rio Grande do Sul.

Esse é um processo terrível, sendo que no Rio Grande do Sul é um dos raros exemplos de alguma forma de integração, mas eu não vou me perder mais nos meandros da história, porque aí havia a produção do charque e uma população escrava quase urbana, que treinou na manufatura. No resto do Brasil a tragédia foi maior.

Por que eu estou lhes dizendo isso? Porque nós, hoje, temos que nos haver com uma pesadíssima herança histórica que tem origem fora deste continente, e que aqui, no conjunto da nossa história, nós, em vez de resolvermos de uma maneira correta e adequada a absorção dessas populações durante décadas, séculos, nós simplesmente tratamos essa população como uma massa de manobra para a emergência de outras formas mais “produtivas e modernas” de produção, deixando criar nos interstícios da nossa estrutura social verdadeiros bolsões de pobreza e de miséria.

Pois bem, esse é o pano de fundo. Por esse pano de fundo, certamente, a nossa geração não é a responsável no sentido histórico, mas, já que temos a noção do que acontece, cabe-nos encaminhar soluções e delinear possibilidades de outras formas de integração.

A idéia de reforma agrária no Brasil é antiga. As tentativas são quase todas frustradas. Tão pouco farei a história desses processos. Na medida em que houve um avanço do desenvolvimento urbano e industrial e na medida em que houve, também, a continuidade de populações no campo, mas não estruturas no sistema produtivo, evidentemente que nós criamos um problema que é o chamado problema do posseiro, cuja sobrevivência requer a penetração em áreas cuja titularidade está em outras mãos e, muito freqüentemente, nas mãos de proprietários ausentes.

As primeiras formas mais violentas de manifestação da questão agrária, depois da Segunda Guerra Mundial, no Brasil dos anos 50 em diante, foi a forma de luta de posseiros, pessoas que tentam manter-se num pedaço de terra cuja titularidade não lhes pertence, com os proprietários tratando de reagir. E nas estruturas políticas existindo, naturalmente, uma conexão muito forte entre o conjunto de proprietários e o poder político, as polícias e o sistema judiciário organizados ao redor

da idéia da propriedade, não ao redor da idéia do atendimento às necessidades da população.

Não vou, também, referir-me a esses fatos. Uma das poucas incursões que pessoalmente fiz sobre essas questões, ainda me lembro, foram uns estudos sobre a questão em Santa Fé do Sul, em São Paulo, sobre o problema de posseiros, no Paraná, e aquilo aparecia com muita força no fim dos anos 50, no começo dos anos 60. Nesse período, também não temos tempo para entrar em detalhes, mas com a desarticulação da economia, sobretudo do Paraná, da economia cafeeira – que atrai muita mão-de-obra – por razões várias há uma desarticulação no sistema de relação de trabalho e se cria o que se chama, aqui, do bóia-fria, ou seja, já não é mais o posseiro, já não é mais a pessoa que está acomodada como se fosse um serviçal, e muitas vezes é um cliente, é um dependente do dono da terra, que lhe dá um pedacinho de terra para que ele possa compensar o seu baixo salário com alguma exploração doméstica da terra. As próprias casas nas fazendas vão ficando vazias, a população pobre migra para as pequenas cidades e se emprega como mão-de-obra sazonal – é o bóia-fria.

Então, aqui é outra vertente histórica, não é o posseiro, não é o latifundiário, o minifundiário que migra porque não tem mais terra, e que era esse sim, camponês. O posseiro é um aprendiz de camponês. Não tem a cultura camponesa mas acaba aprendendo para sobreviver e produz para a economia de subsistência. O camponês propriamente dito é capaz de produção mais sofisticada; o bóia-fria é um trabalhador rural.

Isso tudo, hoje, nos nossos dias, se confunde, e eles são os que estão à espera de terra, têm procedência, a mais diversa, dessas várias fontes históricas de geração de força de trabalho “sobrante”, não incluída, de certa maneira excluída do sistema, não só produtivo, mas social. E a isso se acrescentam, hoje, setores que haviam migrado para as cidades e que, não encontrando, por outras razões, possibilidades de se estabilizarem no sistema de ocupação urbana, ficam semi-empregados ou desempregados e engrossam, também, o conjunto dos que, eventualmente, poderiam vir a ter terra.

Se for contar quantos são, serão alguns milhões. Se se for saber se realmente dar terra resolve a situação desses milhões, tenho dúvidas, pelo que estou dizendo, pelas origens várias, pela capacitação muito variável, mas é indiscutível que, para uma massa de população existente ainda no campo, com as características de disponibilidade dessa mão-de-obra e de incapacidade de a grande e média empresa se organizarem para absorvê-la, ou se faz um programa efetivo para dar condição de acesso à terra e treinamento – uma boa parte dessa população não tem treinamento para ocupação da terra – ou nós vamos ter um problema durante décadas adiante, que sabe Deus que conseqüências terá. Portanto, se impõe, independentemente de quaisquer outras considerações, um conjunto de programas para o campo.

O Brasil fez um esforço muito pequeno nessa matéria, muito pequeno. Se quiserem, para que não fiquemos apenas em palavras, alguns dados, nós recebemos, entre 1884 e 1945, 3 milhões e 680 mil imigrantes de várias origens, notadamente italianos, portugueses e espanhóis. 3 milhões e 680 mil imigrantes, numa população que, em 1945, devia estar por volta de quê? De 45 milhões de habitantes. Isso desde 1884. Um censo havido na cidade de São Paulo, se não me engano em 1907, mostrou que a maior parte dos trabalhadores fabris, em São Paulo, não era constituída de brasileiros, para que se tenha uma idéia do que significou, historicamente, essa população. Bem, de lá para cá, nós tentamos resolver a questão agrária com várias tentativas de uma política de assentamento. Notadamente a formação do Estatuto da Terra, no Governo Castelo Branco, foi uma definição mais clara que permitia saber que política fazer-se, e durante os regimes militares a preocupação era muito grande com a segurança nacional. Em grande parte, se analisava essa questão do ângulo de que é preciso ocupar a terra, muito mais do que do ângulo de que existia um programa social propriamente dito, era muito mais uma estratégia de ocupação.

Não obstante, esse foi o período em que houve uma certa tentativa de regularização das políticas sobre a terra e uma tentativa de ocupar zonas remotas, o que causou problemas muito sérios, também, do ponto de vista da integração dessas zonas, propriamente, ao processo pro-

duto. Pois bem, nós tivemos um esforço, disse eu, um pouco grande, mas descontinuado, razão pela qual este governo definiu que precisaria ter algumas metas claras sobre assentamento de famílias no campo. As metas do governo foram conhecidas e aprovadas pelo povo brasileiro e dizia que, em 1995, assentariamos 40 mil famílias. Em 1996, 60 mil. Em 1997, 80 mil. Em 1998, 100 mil. Totalizando, em quatro anos, 280 mil famílias. Antes de saber se fizemos ou não fizemos, convém dizer o seguinte: a média de assentamento havido no Brasil até 1995 foi extremamente limitada.

Com todo o esforço havido, o número, realmente, de assentamentos foi de, em média, não mais de dez mil famílias por ano. Isso contando a partir de um período em que houve um pouco mais de intensidade, que foi no Governo do Presidente José Sarney e, desde a proposta do Presidente Tancredo Neves, houve uma preocupação e a criação do Ministério da Reforma Agrária. Com todo o esforço, não se passou de dez mil famílias por ano, ou seja, quando se propõe assentar, como nós estamos nos propondo, duzentos e oitenta mil famílias, é preciso ter como pano de fundo o que havia: 10 mil por ano seriam, em quatro anos, 40 mil. Nós resolvemos fazer, no primeiro ano, 40 mil, ou seja, praticamente o que se faria em quatro anos. E fizemos.

Nós assentamos, na verdade, razoavelmente, porque a meta foi cumprida. Eu não gosto muito de entrar em detalhes numéricos porque, muitas vezes, esses números têm uma certa flutuação, este é um país continental, é difícil efetivamente saber o quanto se fez, mas o Ministério da Política Fundiária, com o Dr. Jungmann, pediu que as universidades fizessem isso. O CRUB, que é o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, patrocinou uma pesquisa cujos dados o Ministro vai apresentar ainda hoje e que mostra que os números que temos mencionado estão próximos da realidade, pois, nesses dois anos, 1995 e 1996, nós teríamos assentado cerca de 104 mil famílias, sendo que em 1995 quase 43 mil e, em 1996, 62 mil. Não quero exagerar, porque preciso verificar um por um, se aconteceu mesmo, mas a pesquisa feita pelas universidades mostra que até agora, pelo que foi feito no censo de todos os assentamentos, pelo menos 95% desses números estão confirmados.

E 95% equivalem a, praticamente, cem mil famílias, ou seja, nós cumprimos a meta. É importante dizer isso porque, freqüentemente, se diz: se o Governo não está fazendo o que diz que está fazendo e, até, às vezes, se usam expressões inaceitáveis, é mentira do Ministro. Se for mentira será de todas as universidades brasileiras, que foram verificar *in loco*: fez-se ou não se fez. Fez-se. Proporcionalmente, portanto, esse esforço tem sido bastante grande.

Agora, é preciso dizer que, para que nós possamos assentar, nós temos que desapropriar. Nós desapropriamos, nesses dois anos, 3 milhões e 400 mil hectares de terra. Números são enganosos. Muito número, pouco número, ninguém sabe avaliar, uma Bélgica mais ou menos. Uma Bélgica em dois anos, uma Bélgica. O Presidente Sarney desapropriou em quatro ou cinco anos, quatro milhões de hectares, não é não? Quatro milhões! Os números, mais ou menos eu os guardo, quatro milhões de hectares.

A questão não está só em desapropriar. Entre desapropriar e assentar vai um tempo grande. Pois bem, nós estamos diminuindo, consideravelmente, o período que leva entre a desapropriação e a imissão de posse. Em 1993 se levava 518 dias para fazer isso. Em 1996, ano passado, 132 dias. E em 1997 vamos fazer em menos de 90 dias. Por quê? Porque o Congresso ajudou, nós enviamos leis ao Congresso – algumas ainda estão por lá e vão ser aprovadas, eu espero – que facilitaram o processo de imissão de posse, simplificaram certos ritos. Mas, vejam os senhores o tamanho do problema, para assentar esse número que lhes estou dando, ao redor de cem mil famílias – e esperamos que este ano possamos aumentar a meta contemplada, que eu creio ser de 70 mil famílias –, nós precisamos desapropriar muita terra. Uma Bélgica é uma Bélgica, é bastante terra.

Bom, se nós quisermos acelerar esse processo, vamos encontrar problemas que não dizem respeito à decisão do Governo, dizem respeito à capacidade do Estado. Como proceder de tal maneira que a terra desapropriada seja, depois, realmente utilizada? Para que os senhores tenham uma idéia do que significa tudo isso, eu vou lhes dizer que o recurso necessário para que se possa assentar uma família é da ordem

de 40 mil reais. Eu não estou dizendo que o Governo esteja despendendo 40 mil reais – deveria estar – por família, porque isso envolve crédito de alimentação, crédito de fomento, crédito de implantação, crédito de habitação, o Procera, que é um crédito de custeio, crédito de investimento, crédito cooperativo e por aí vai.

O Governo deve estar, hoje, gastando, por família assentada, incluídos os TDAs – ou seja, os Títulos da Dívida Agrária, que são despesas, terão que ser pagos, são computados no déficit público –, ao redor de 25 mil reais por família, sem contar a infra-estrutura, ou seja, as estradas, a luz e tudo isso – 25 mil. Deveríamos gastar 40 mil para dar, realmente, uma condição melhor de produção àqueles que estão assentados. Se nós fizemos o que estamos fazendo, e faremos, assentando 280 mil famílias, e se nós multiplicarmos cada uma dessas famílias por 25 mil, é muito fácil verificar que vamos gastar 25 vezes 280, cerca de 7 bilhões de reais.

Imaginemos quatro milhões de famílias carentes de terras. Quatro milhões de famílias significaria gastar 25 bilhões para cada – 100 bilhões de reais. Se nós quisermos assentar quatro milhões de famílias, serão 100 bilhões de reais. Eu estou lhes dando os números para explicar o que estamos fazendo. Por que 100 mil? Por que uma média de 50 mil em um ano? Porque era dez mil, nós multiplicamos por cinco.

Às vezes, eu vejo números: “Ah, tem que assentar um milhão de famílias...” Perfeito. A sociedade quer? Eu quero. A sociedade quer assentar? Recursos, impostos correspondentes a 25 bilhões de reais, para que nós possamos assentar. Se for para assentar corretamente, 40 bilhões de reais. Quarenta bilhões de reais é o gasto da Previdência Social toda, por ano. Quer dizer, mais uma Previdência para assentar um milhão de famílias.

A sociedade tem que saber desses números e tem que decidir, porque é hipócrita, ou é desinformação, ou é injusto dizer: “O Governo não está fazendo e tem de fazer mais”. O Governo está fazendo tudo o que pode, porque está de acordo, numa velocidade como nunca houve. E sabe o Governo que precisa aumentar a velocidade. Mas também sabe que ele não tem recursos para mais fazer.

Se se perguntar: assentou e, com isso, está resolvida a questão? A resposta é não. Os assentamentos feitos nos últimos dez anos, contando todos eles, nenhum deles foi emancipado. O que quer dizer isso? Nenhum deles vive sem as verbas do Incra.

Portanto, não se trata, apenas, de assentar e de gastar no assentamento, mas de prever recursos para manter no campo uma população sendo subsidiada. A sociedade quer? A sociedade pode? Nós temos recursos? É essa a solução? O Brasil acredita que, no futuro, será melhor termos quatro, cinco milhões de famílias assentadas? Provavelmente, sim. Mas nós vamos ter que planejar. E vamos ter que intensificar os recursos, não só para assentar, mas para transformar o assentamento em alguma coisa produtiva para a família e para a sociedade, caso contrário, estamos, simplesmente, tapando o sol com a peneira.

Pode parecer estranho que o Presidente da República, hoje, dando início a um seminário sobre reforma agrária, num momento em que o Brasil todo discute a semana da reforma agrária, traga à colação essas preocupações. Mas quem está com a responsabilidade de Estado e no Governo não pode, simplesmente, dizer não ou bater palmas. Tem que perguntar: como? Com que recursos? Quanto custa? Quem faz?

Estou me referindo, por enquanto, apenas aos aspectos mais gerais da questão. Haveria uma outra problemática a ser levantada: O Incra – o Estado brasileiro é capaz de fazer o que está sendo pedido a ele? Tem competência específica, não legal, mas funcional para isso? Será que nós precisamos ter sete mil pessoas trabalhando no Incra? Será que nós precisamos ter tantos quantos temos em Brasília para isso? Será possível, numa sociedade democrática, que centralizadamente se resolva uma questão tão relevante como a do campo, ou nós precisamos de um outro modelo? Ou será que as organizações da sociedade, sobretudo aquelas como a Contag, ou o MST, não estão dispostas a discutir qual é o modelo? Como é possível que, de Brasília, o Governo Federal possa, num país desse tamanho, atender a tudo isso? Não é o momento de nós repensarmos e discutirmos a participação dos estados e municípios, como estamos fazendo na saúde, na educação? Ou será que, no caso da reforma agrária, nós vamos continuar pensando que estamos vivendo

numa economia centralmente planificada, em que a vontade poderosa de Brasília impõe-se sobre uma realidade multiforme e dispersa, como é a realidade brasileira?

Esse tema tem que ser enfrentado num seminário sobre reforma agrária.

Eu não tenho respostas, mas eu tenho a inquietação. E não adianta dizer: “Ah, não, porque, então, os latifundiários vão tomar conta do poder local e o poder político é cúmplice do poder da terra. Então, não vai haver a reforma agrária”. Isso é o Brasil do passado. No Brasil do presente, o latifúndio está agonizante. E está agonizante por causa dos movimentos sociais e porque o Governo tomou a firme determinação de enfrentá-lo, e o Congresso também.

Só a aprovação do ITR, o novo Imposto Territorial Rural, já assegura que, num prazo razoável, se desestruturará o latifúndio no Brasil. A média de imposto cobrado, até agora, era, no máximo, de 4%. Passou a 20% – 20%, se a terra é improdutiva – e 20% a cada ano é uma dose letal no latifúndio. E houve discussões. E se dizia: “Isso é expropriação”. Não quero saber se é isso ou é aquilo. A sociedade exige que se modifique a estrutura latifundiária. E o Congresso, hoje, é sensível às demandas dos movimentos sociais e do Brasil e aprova leis, como tem aprovado, que são leis justas e que levam ao processo de transformação, da mesma maneira como nós temos, como eu disse, o rito sumário e como a Justiça, hoje, está atenta a essas questões.

Nós não podemos usar argumentações que eram válidas no passado, de um Brasil atrasado, em que o latifúndio era, realmente, o eixo do processo produtivo no campo, ou do processo não-produtivo no campo, mas da exploração, para uma situação que mudou. Como essa situação mudou, temos que fazer com que os prefeitos, os governadores, ao lado dos sindicatos, dos movimentos sociais, das igrejas, possam participar ativamente desse processo de redefinição da propriedade fundiária e de assentamento das famílias.

É um desafio. E eu gostaria de ouvi-los sobre essa matéria, para que nós possamos ter um caminho, para que não precisemos ficar, a vida inteira buscando o Incra. E o Incra não consegue. E se ocupa o prédio

do Incra. E se pede mais recurso. E o recurso não chega... Nós temos que ter um outro modelo, porque, numa sociedade democrática e pluralista, como a brasileira, a reforma agrária é dever de todos nós e não só uma questão burocrática nas mãos Ministro do Incra e sobre a chancela moral do Presidente da República. É nossa a responsabilidade. É minha também, mas não é só minha. É do Ministro também, mas não é só dele. É do Governo, é do Congresso, mas é de todos. Nós precisamos repensar um modelo de reforma agrária e os custos da reforma agrária, que se barateiam enormemente, se nós pudermos ter um mecanismo mais sensível e mais descentralizador.

Quero lhes dizer que nós temos um projeto chamado Casulo. Só para lhes dar um exemplo, esse projeto Casulo pede o seguinte: se cada prefeito identificar terras na sua área e assentar 20 famílias, como nós temos cinco mil municípios, são cem mil famílias. Cem mil famílias a partir de Brasília é difícilimo, são dois anos de trabalho. Assentar cem mil famílias num grande mutirão nacional, fica mais fácil. É claro que há cidades onde não há terras e tudo o mais, a média será mais baixa, mas é possível assentar 50 mil famílias. Ou, então, ao contrário, em certas prefeituras, se pode fazer, em vez de 20, 40 e se assentam as famílias.

Por que não enfrentar essa questão? O Governo tem outros projetos, porque sabe que é preciso não apenas assentar, mas dar continuidade à assistência técnica. Temos um projeto chamado Lumiar, que são programas de apoio. Temos o Proceca, que é o programa para aqueles que vão para os assentamentos agrários.

Aumentamos os recursos. Só para lhes dar alguns exemplos: o Proceca passou, em 1995, de 89 milhões de reais para 203, em 1996; e 250 milhões, em 1997. Da mesma maneira, o projeto Lumiar, em que nós vamos ter 500 equipes, com dois mil técnicos, atendendo a 150 mil famílias, que, em 1996, tinha 21 milhões de reais e, em 1997, tem 70 milhões de reais. E por aí vai.

Não é só o assentamento; é um conjunto de políticas. E não basta pensar nos que estão assentados. É preciso também pensar nas famílias que são proprietárias e que não têm apoio. E, para isso, nós temos um programa, que nós iniciamos, chamado Pronaf, em que, em 1995, eram

36 milhões de reais para 19 mil famílias. Em 1996, foram 650 milhões, dependidos já, para 333 mil famílias. E, em 1997, a meta é de 600 mil famílias e o orçamento tem 1 bilhão e meio de reais.

É fácil fazer? É difícilimo! A Contag, que foi muito ativa nesse programa – e nós fazemos acordos com a Contag, com o MST, com a Emater, com o que seja –, sabe das dificuldades. O Banco do Brasil, que mudou muito na sua estrutura, para poder atender a essas questões, estava, aí, engolfado na dívida dos produtores, não dos sem-terra, nem dos familiares, mas dos produtores empresários. Nós levamos dois anos para recompor isso. Por sorte, neste ano e no ano passado, a renda agrícola aumentou. Neste ano, vai aumentar mais ainda, porque os preços estão bons e nós vamos ter uma safra de mais de 80 milhões de toneladas, que, se não é a primeira, é a segunda maior safra da história do Brasil.

Isso não se faz por acaso. Isso se faz pela chuva de São Pedro e pelo dinheiro do processo de financiamento adequado.

Pois bem, é difícil fazer com que a estrutura financeira brasileira chegue ao pequeno, chegue até ao Pronaf, para atender a quem precisa. Nós estamos modificando isso. Lá, no Nordeste, o Banco do Nordeste tem uma perua *van* que vai percorrendo para oferecer os empréstimos, lá, no local, aos quais são adicionados os fundos constitucionais, que também já foram mencionados – os fundos constitucionais são alguns milhões a mais que se jogam, com razão, nessas questões.

Bem, mais ainda: nós sabemos, como eu disse aqui, pela nossa origem histórica, que é preciso treinar a mão-de-obra. Não basta, simplesmente, assentar. É preciso transformá-la numa mão-de-obra capaz de ser eficaz na produção. Então, existem, além desses projetos que eu já mencionei aqui, projetos no Ministério do Trabalho, o Proger Rural, que teve, em 1995, 68 mil operações e despendeu 412 milhões de reais; em 1996, 114 mil operações, despendendo 883 milhões de reais, sendo que, no conjunto, já gastou 1 bilhão e 295 milhões de reais.

Vejam os senhores que é alguma coisa que envolve esforços de vários Ministérios e muitos recursos. Nós temos um programa de educação profissional para os assentamentos e as comunidades rurais. Agora, o

Ministério da Educação e o Ministério dos Transportes estão se unindo para dar assistência aos assentamentos. Nós estamos fazendo, também, com que a distribuição de cesta básica seja feita nos assentamentos.

É fácil pedir, reclamar, gritar e ficar sentado no escritório. Agora, é muito difícil fazer todo esse instrumental funcionar. E, aí, falta ao Estado brasileiro, como estrutura organizacional, por motivação dos seus funcionários, como capacidade de gerenciamento e até mesmo como disposição política, a capacidade de penetrar em todo esse país, para poder, realmente, revolucionar as estruturas por baixo.

Pois bem, ao lado disso, o Governo tem feito, também, a chamada lavoura comunitária, através do Ministério da Previdência Social. Não vou lhes dar números, porque podem receber depois esses números, que são complementares a tudo isso. E nós temos que prestar atenção que uma boa parte dessa população envelhece, e não pagou à Previdência, e vai ter que sobreviver. A Previdência aumentou sensivelmente os seus gastos, na área rural. Ela passou, em 1991, *grossa modo*, de quase 2 bilhões de reais para 9 bilhões, em 1996, sendo que, em 1995, foi menos do que 8. Isso atende, hoje, a 6 milhões de pessoas. E a renda mensal é de 125 dólares – dirão: 125 reais, o que é isso? É com esse dinheiro que uma enorme quantidade de pequenas cidades, no Nordeste, no interior desse Brasil imenso, sobrevive. E cada real que se queira adicionar a mais custará à Previdência – porque é preciso multiplicar pelo número de 6 milhões – então, cada real a mais tem que aumentar 6 milhões de reais nos ingressos da Previdência. Tirando de onde, de novo?

Se a sociedade quer um Estado capaz de produzir o bem-estar social, tem que pagar mais impostos. E há um limite para isso, porque, se se cobra muito mais imposto, o processo produtivo sofre, porque não existe recurso para o investimento. Há, portanto, limitações objetivas. Nós temos que ir ao máximo delas e modificá-las. Mas é hipócrita – repito – pedir mais, quando se sabe que não há condições para mais.

O Governo tem consciência das dificuldades. Tem absoluta consciência de que ele precisa fazer mais. Mas ele também tem um sentimento, muito genuíno, de que esse “ele” não é ele. É a sociedade toda que

precisa, primeiro, tomar consciência da situação, entender qual é o processo, como é que esse processo ocorre, quais são as dificuldades nesse processo e dispor-se, efetivamente, a uma ação conjugada que leve a uma melhoria da situação das populações no campo brasileiro.

Quero lhes dizer, para finalizar, porque já falei bastante e sei que, aqui, há muita gente que tem compromissos importantes, que nós, efetivamente, na hora de assentarmos as populações, temos que fazer face à questão relativa aos acampamentos, às pessoas que estão acampadas, às áreas de conflito, porque essas áreas são as áreas onde, de forma mais dramática, as situações se apresentam e são de difícil solução, muitas vezes.

O Ministro Jungmann vai lhes dar, depois, as informações que mostrarão que nós, na verdade, do total de famílias assentadas, em 1996, assentamos 16 mil quinhentas e poucas famílias de áreas de conflito – 18 mil famílias estavam acampadas e 27 mil e 400 famílias eram de posseiros.

O problema é muito maior que só os acampamentos. Nós fizemos o levantamento dos acampamentos também. Nós, não, as universidades. Os números, hoje, não são números do Governo. São números das universidades. Trinta e sete universidades – repito – independentes do Governo. Hoje, haverá, acampadas, cerca de 25 mil pessoas, sendo 20 mil famílias do MST e 5 mil outras.

Dir-se-á: “Mas 20 mil, se o Governo vai assentar, neste ano, 80 mil?”. É verdade. Nós vamos assentando. Mas é verdade também que alguns dos assentamentos, quase todos, já estão em marcha. Leva algum tempo, porque entre a desapropriação e a imissão de posse leva tempo. Arranjar os recursos para bem assentá-los também leva tempo; a capacidade gerencial do Incra é limitada.

Mas é mais do que isso. Muitas vezes, não há terra disponível no local onde as famílias estão. E o deslocamento é dramático, as dificuldades são muito grandes nesse processo. Mas é preciso dar a devida proporção aos processos. Nós temos, neste momento, segundo a pesquisa das universidades, 25 mil famílias em acampamentos. Já assentamos, nós, no Governo, no ano de 1996, 18 mil famílias.

Quantas mais se assentem, mais acamparão, pelo que eu disse, aqui, da perspectiva histórica, da massa possivelmente disponível. Quantas mais se assentem, mais acamparão. Não se há de medir a eficiência da ação do Governo pelo número de acampados. Ou, pelo contrário, quem sabe que esse número de acampados seja um indicador da eficiência, porque se está assentando. Então, mais virão. E, se isso ficar ao redor de 25 mil, ver-se-á que existe um fluxo.

Essa é a situação, pelo menos tal como nós recebemos de informação, neste momento, do Brasil.

Nós vivemos um momento muito positivo da vida brasileira. Por que é que nós vivemos um momento muito positivo da vida brasileira? Porque em nenhum outro momento da História foi possível fazer, em dois anos, não o que o Governo Fernando Henrique fez, mas o que a sociedade brasileira exigiu que se fizesse.

Hoje ainda, li nos jornais que haverá uma manifestação, em Barcelona, sobre a situação agrária no Brasil. Eu achei uma coisa interessante e volto a Tocqueville: é no momento em que as coisas começam a mudar que mais se pede a mudança. E é necessário que assim seja. É um pouco patético que se peça ao exterior o que se está fazendo aqui. É um pouco *excess*, uma substituição de política verdadeira. Política verdadeira é aqui. Como não são capazes, muitas vezes, de aqui fazê-la ou de estabelecer um diálogo produtivo aqui, faz-se uma gritaria lá fora, para chamar a atenção para um problema que é secular e que, pela primeira vez, depois dos anos 80, a sociedade começou a se dispor a fazer, a enfrentar.

Eu mencionei o Presidente Tancredo, o Presidente Sarney. O Presidente Collor paralisou. O Presidente Itamar não teve condições de retornar. Nós retomamos. Nós vivemos, portanto, um momento positivo, que não pode ser tolhido por uma permanente sensação de frustração de quem pede o infinito e não dá nem um passo no concreto. O nosso desafio não é um desafio utópico, nem é, simplesmente, a indignação moral, que deve existir. Mas é mais do que isso, porque a indignação moral à qual não corresponde uma ação prática é hipócrita. A indignação moral deve servir de motivação para que nós juntemos, de boa-fé,

nossos esforços para avançar mais no concreto, no processo efetivo de transformação.

Eu creio, Senhores e Senhoras, que o fato de estarmos, aqui, nesta mesa, o Presidente do Senado, o Presidente da Câmara, o Presidente do Supremo Tribunal, o Ministro da Reforma Agrária, o Ministro da Justiça e o Presidente da República e os senhores todos, aqui, já é um indicador de que há uma vontade de convergirmos esforços para que possamos, efetivamente, alcançar progressos maiores na reforma agrária.

E não quero terminar sem lhes dizer que isso não seria feito, nem será feito, se não houver movimentos sociais, se não houver a Contag, o MST, os sindicatos, as igrejas e os partidos. São essenciais. Mas é preciso que todos nós, juntos, inclusive os movimentos, não nos esqueçamos de que isso tudo só foi feito porque temos democracia, e que o limite é a lei, e que a lei, doa a quem doer, será cumprida, doa a quem doer. Isso é fundamental.

E o Presidente da República não tem nenhum acanhamento, ao contrário, se orgulha em dizer isso diante do Presidente do Supremo Tribunal Federal: decidido pelo Supremo, está decidido para mim. As questões têm que ser assim: decididas na Justiça, recorre-se até à instância possível. Muda-se a lei, via Congresso. Luta-se, como eu luto, para mudar a lei. Mas a lei tem que ser respeitada.

Se nós entendermos isso, que esse progresso – pequeno, mas algum progresso efetivo está havendo – é possível por causa da existência de um Estado de Direito, da democracia. Se os movimentos sociais entenderem isso, eles contribuirão para a reforma agrária. Se eles transformarem a bandeira da reforma agrária numa mera bandeira politiquêira, para beneficiar eleitoralmente alguém, ou para servir de ponto de aglutinação de crítica genérica a quem quer que seja, não estarão ajudando a reforma agrária. Estarão utilizando a pobreza como massa de manobra para interesse de outro tipo.

Creio que não é esse o caminho desse seminário, nem será esse o caminho do diálogo, que eu nunca cortei e continuarei a ter com todos os setores sociais do Brasil. Nunca deixei de receber quem quer que fosse, em termos, desde que não venham impor qual é o assunto, ou a

que horas vão falar comigo. Não sei o quê, isso não. Havendo uma agenda clara e uma disposição nítida de avançar, o Governo está disposto a corrigir erros, se erros existirem – e, certamente, existirão –, mas dentro do respeito da lei e da crença fundamental de que o avanço social depende de recursos – por isso, fizemos o esforço de estabilização da economia –, mas depende, mais do que tudo – como também a possibilidade do crescimento econômico depende – da democracia efetiva no Brasil.

E é em nome dessa democracia que nós temos que enfrentar, com coragem, a reforma agrária.

Muito obrigado aos senhores.